

Elementos da Economia

Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)

Elementos da Economia

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38	Elementos da economia / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-015-5 DOI 10.22533/at.ed.155182012 1. Economia. 2. Economia – Política e governo. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. CDD 330.2
-----	---

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Antes de efetuar a apresentação do volume em questão, deve-se considerar que por ser a Economia uma ciência que consiste na análise da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, tendo como escopo uma linhagem social, pois estuda as relações de eficiência através da escolha dos agentes econômicos (unidades familiares, unidades empresariais, governo e resto do mundo) os quais observam e analisam as restrições que estes enfrentam.

Por não levarem em conta os impactos sociais das escolhas econômicas efetuadas, muitas falhas podem surgir, provenientes de decisões políticas oriundas de estudos econômicos. Em seu amplo estudo econômico as políticas micro e macroeconômicas acabam estendendo-se para outras partes do contexto social os quais não foram inseridos em momentos decisórios da formulação e aplicação de estas.

Percebe-se que é de extrema relevância a inserção de questões que englobem aspectos sociais e setor público, no sentido de constituir uma sociedade que possua justiça, igualdade, bem-sucedida e deste modo organizada.

Diante dos contextos apresentados, o objetivo deste livro é a condensação de extraordinários estudos envolvendo a sociedade e o setor público de forma conjunta através de ferramentas que os estudos econômicos propiciam.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem de Elementos de Economia, através da apresentação do tratamento de políticas públicas, agricultura familiar, economia solidária e fundos de investimento, destacando as aplicações práticas e metodológicas, além da contribuição para que se interprete as relações econômicas, sociais e de cunho político.

A seleção efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo setor econômico brasileiro.

Deve-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas apresentadas, são os mais abrangentes, o que promove um olhar diferenciado na ótica da ciência econômica, ampliando os conhecimentos acerca dos temas abordados.

A relevância ainda se estende na abordagem de teorias inerentes à gestão pública, envolvendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando questões sociais e de cunho do setor público.

Finalmente, esta coletânea visa colaborar ilimitadamente com os estudos Econômicos, Sociais e de Políticas Públicas, referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos extraordinários referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de renome na área científica, que podem contribuir com o tema.

Jaqueline Fonseca Rodrigues
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EXTRAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS NA COMUNIDADE JÚLIO BORGES DE SALTO DO JACUÍ/RS	
Carine Dalla Valle Andrea	
Cristina Dorr	
DOI 10.22533/at.ed.1551820121	
CAPÍTULO 2	18
A FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA POLÍTICA PÚBLICA EM LAGES, (SC): UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS FEIRANTES	
Geraldo Augusto Locks	
João Eduardo Branco de Melo	
Juliano Branco de Moura	
Maria Aparecida da Fonseca	
Elisângela de Oliveira Fontoura	
DOI 10.22533/at.ed.1551820122	
CAPÍTULO 3	34
A MANTEIGA DE OVOS DE TARTARUGA UM PRODUTO RENTAVEL NO ALVORECER DA PROVINCIA DO AMAZONAS 1822 – 1856	
Michele Lins Aracaty Silva	
Raimundo Alves Pereira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.1551820123	
CAPÍTULO 4	49
DIFERENÇAS NOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE POR FAIXA ETÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS LIBERDADES INSTRUMENTAIS DE AMARTYA SEN	
Amanda Guareschi	
Indaia Dias Lopes	
Alessandra Biavati Rizzotto	
DOI 10.22533/at.ed.1551820124	
CAPÍTULO 5	62
DO EU PARA O NÓS: A ECONOMIA COMPARTILHADA/ COLABORATIVA E O FUTURO DA PROPRIEDADE INDIVIDUAL	
Michele Lins Aracaty Silva	
Rute Holanda Lopes	
Matheus Teixeira de Almeida	
Francilene da Silva Franco	
DOI 10.22533/at.ed.1551820125	
CAPÍTULO 6	84
EM MEIO AO SEMIÁRIDO, GOTEJOS DE ESPERANÇA: OLHARES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR IRRIGADA NA COMUNIDADE DOS COLONOS, NO MUNICÍPIO DE CRUZETA – RN (2014).	
Kayck Danny Bezerra de Araújo	
Fernando Bastos Costa	
Vinícius Klause da Silva	
Fernanda Ferreira Lemos do Nascimento	

CAPÍTULO 7	98
O IMPACTO DOS GASTOS DISCRICIONÁRIOS DO GOVERNO BRASILEIRO NA TAXA DE JURO	
Wagner Eduardo Schuster	
DOI 10.22533/at.ed.1551820127	
CAPÍTULO 8	113
O VALOR ECONÔMICO DE UM BANCO DE TEMPO: UMA ANÁLISE DO BANCO DE TEMPO - FLORIANÓPOLIS	
Michele Romanello	
DOI 10.22533/at.ed.1551820128	
CAPÍTULO 9	125
OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA PARALISAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE – SC	
Rosani Losi	
Márcia Fuchter	
DOI 10.22533/at.ed.1551820129	
CAPÍTULO 10	140
PROGRESSO TÉCNICO INDUZIDO E A RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO CRESCIMENTO	
Ediane Canci	
DOI 10.22533/at.ed.15518201210	
CAPÍTULO 11	158
RELAÇÕES ENTRE A TAXA DE JUROS E O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO	
Wagner Eduardo Schuster	
Marcos Paulo Albarello Friedrich	
Marco Antonio Montoya	
DOI 10.22533/at.ed.15518201211	
CAPÍTULO 12	173
REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA INGLATERRA: BERÇO DE TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS QUE INFLUENCIARAM TODA A HUMANIDADE	
Eduardo Cezar de Carvalho Souza	
Michele Lins Aracaty e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.15518201212	
CAPÍTULO 13	192
VANTAGENS E DESVANTAGENS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO BRASIL	
Michel Richard Costa de Quadros	
Nelson Guilherme Machado Pinto	
Daniel Arruda Coronel	
DOI 10.22533/at.ed.15518201213	
CAPÍTULO 14	205
AMBIENTE EXTERNO E INTERNO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO GRANDE DO SUL	
Luis Augusto Araújo	
Claudimir Rodrigues	
Elizabeth Catapan	
Reney Dorow	
DOI 10.22533/at.ed.15518201214	

CAPÍTULO 15 228

MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUL DO BRASIL

Luis Augusto Araújo
Antônio Marcos Feliciano
Marcelo Alexandre de Sá,
Léo Teobaldo Kroth,

DOI 10.22533/at.ed.15518201215

SOBRE A ORGANIZADORA..... 242

A EXTRAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS NA COMUNIDADE JÚLIO BORGES DE SALTO DO JACUÍ/ RS

Carine Dalla Valle

Universidade Federal de Santa Maria,
Departamento de Educação Agrícola e Extensão
Rural do Centro de Ciências Rurais
Santa Maria - RS

Andrea Cristina Dorr

Universidade Federal de Santa Maria,
Departamento de Educação Agrícola e Extensão
Rural do Centro de Ciências Rurais
Santa Maria - RS

RESUMO: Devido à grande diversidade existente de pedras preciosas no solo brasileiro, a indústria de beneficiamento constitui um amplo mercado no Brasil. Ao verificar as práticas agrícolas existentes, bem como as atividades de geração de renda em comunidades quilombolas destaca-se, em determinados casos, a exploração de recursos naturais. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar informações que possibilitem a construção de um quadro situacional sobre a Comunidade Júlio Borges, mais precisamente a relação da Comunidade com a extração de pedras preciosas nela desenvolvida, e as possíveis alternativas de diversificação produtiva e obtenção de renda para auxiliar no desenvolvimento socioeconômico desta Comunidade. A metodologia utilizada foi à pesquisa exploratória e bibliográfica a fim

de identificar trabalhos já realizados sobre o tema estudado e para a coleta dos dados da pesquisa foram realizadas entrevistas abertas com famílias. Através do trabalho foi possível constatar que a extração de pedras preciosas está presente na Comunidade Júlio Borges desde seus primeiros moradores, muito mais que uma atividade econômica, a extração faz parte da história das famílias quilombolas. Portanto, a construção de uma estrutura de governança, com vista a convergir iniciativas, harmonizar e integrar conjunto de projetos executados na região, certamente contribuiria para potencializar as ações de promoção de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: comunidades quilombolas, pedras preciosas, extração.

ABSTRACT: Due to the great diversity of precious stones in Brazilian soil, the processing industry constitutes a large market in Brazil. When verifying the existing agricultural practices, as well as the activities of income generation in quilombola communities, in some cases the exploration of natural resources stands out. In this sense, the objective of this work is to present information that allows the construction of a situational picture about the Júlio Borges Community, more precisely the relationship of the Community with the extraction of precious stones in it, and the possible alternatives

of productive diversification and income generation to assist in the socio-economic development of this Community. The methodology used was to the exploratory and bibliographic research in order to identify works already done on the studied subject and for the collection of the data of the research were conducted open interviews with families. Through the work it was possible to verify that the extraction of precious stones is present in the Júlio Borges Community since its first inhabitants, much more than an economic activity, the extraction is part of the history of the quilombola families. Therefore, the construction of a governance structure, with a view to converging initiatives, harmonizing and integrating a set of projects executed in the region, would certainly contribute to enhancing actions to promote development.

KEYWORDS: Quilombola communities, precious stones, extraction.

1 | INTRODUÇÃO

As comunidades remanescentes de quilombo são um seguimento étnico que cada vez mais é reconhecido em todo o Brasil, não só por sua grande diversidade cultural como também pelo crescente número de identificações e titulações.

Comumente, o território das comunidades quilombolas é usufruído de forma coletiva, de tal modo que este pode ser utilizado por toda uma família ou pelos membros da comunidade. A forma de utilização do território pelas comunidades quilombolas destaca-se como uma característica peculiar se comparada com outros grupos como fazendeiros, posseiros, colonos, etc. por não apresentar o caráter da particularidade, do privado, do exclusivo. Assim, os remanescentes de quilombo precisam de um território que abrigue não só sua esfera econômica e habitacional, mas também que abrigue seus costumes, cultura, lazer, cultos religiosos, cemitério, recursos naturais. A particularidade do uso dos recursos naturais que assegura a identidade dos povos tradicionais proporciona uma nova realidade jurídica que a difere das normas contidas no Código Civil (TRECCANI, 2006).

Destarte, observa-se que a análise da atividade agrícola torna-se bastante complexa por combinar diferentes recursos à disposição do produtor com um diversificado conjunto de práticas agrícolas. Nesta visão também estão inseridas as comunidades negras rurais ou remanescentes de quilombo que são todas aquelas que possuem “história própria, dotada de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Instrução Normativa 49, INCRA).

Ao verificar as práticas agrícolas existentes, bem como as atividades de geração de renda em comunidades quilombolas destaca-se, em determinados casos, a exploração de recursos naturais. A exploração de recursos minerais tem uma estreita relação com o crescimento econômico de um país ou região, de modo a garantir muitas vezes o sustento das famílias envolvidas no processo de extração. A comunidade Quilombola Júlio Borges situada no município de Salto do Jacuí é um exemplo da

importância da extração de pedras preciosas para a manutenção de sua comunidade.

Entre os recursos minerais de destaque em reservas e extração no Brasil estão as pedras preciosas. As pedras preciosas hoje encontradas são resultado de processos diversos que ocorreram em alguns bilhões de anos, da união de distintos elementos químicos em um local próprio para este feito, de temperatura apropriada e pressão adequada (LAMACHIA, 2006).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC e Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos-IBGM (2005), há séculos a ampla variedade das pedras preciosas brasileiras é conhecida e apreciada mundialmente. O estado do Rio Grande do Sul (RS) é o maior produtor de pedras preciosas em volume, destacando-se a ametista e a ágata. Embora apresentar as características de um grande produtor em volume, por outro lado, muitas empresas brasileiras de lapidação possuem processos pouco eficientes, apresentando, por exemplo, dificuldades para fornecer gemas com tamanhos e formas padronizados para atender a qualidade requerida pela indústria de joias e folheados.

A lapidação e a fabricação das peças e dos artefatos são feitas manualmente por pequenas empresas ou pelos próprios garimpeiros e artesões, em suas indústrias de “fundo de quintal”. Contudo, a legislação de preço de transferência no Brasil estabelece a necessidade de comparar o preço efetivamente praticado nas exportações com um preço-parâmetro, determinando um percentual fixo de margem de lucro, dessa forma a terceirização ainda tem sido a grande saída para que estas empresas consigam comercializar seus produtos de acordo com as tendências de mercado.

Existe cerca de 2.000 empresas de lapidação, de joalheria, de artefatos de pedras e de folheados de metais preciosos, sendo que o segmento de empresas fabricantes de joias é integrado, basicamente, por empresas de menor porte, com grande número de empresas informais e artesãos, que vivem à margem do mercado, tanto no que se refere à produção quanto à comercialização de seus produtos (IBGM, 2010; APRENDENDO A EXPORTAR, 2011).

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar informações que possibilitem a construção de um quadro situacional sobre a Comunidade Júlio Borges, mais precisamente a relação da Comunidade com a extração de pedras preciosas nela desenvolvida, e as possíveis alternativas de diversificação produtiva e obtenção de renda para auxiliar no desenvolvimento socioeconômico desta Comunidade.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 A Extração de Pedras Preciosas no Brasil

Devido à grande diversidade existente de pedras preciosas no solo brasileiro, a indústria de beneficiamento constitui um amplo mercado no Brasil. O país é considerado

o maior produtor mundial de pedras preciosas e um dos principais exportadores do setor. Os Estados de maior produção são Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, Pará e Tocantins.

Estima-se que o Brasil responde por cerca de 1/3 da produção mundial de gemas, exceto diamante, rubi e safira. Na sua grande maioria a produção de pedras preciosas brasileiras é realizada por garimpeiros e pequenas empresas de mineração. O parque industrial é bastante diversificado, calcula-se que existam aproximadamente 3500 empresas de beneficiamento de pedras preciosas no país (PICOLOTTO, 2013).

Contudo, além dos estabelecimentos formalizados, existem vários empreendimentos informais e artesãos. São os primeiros elos da cadeia, garimpo e lapidação, considerados como “fundo que quintal” que apresentam o maior nível de informalidade e, dessa forma, maiores entraves para o desenvolvimento (PICOLOTTO, 2013).

Cerca de 80,00% da produção brasileira é exportada, todavia, mesmo com toda a abundância de insumos e matéria-prima o Brasil não consegue desenvolver todo o seu potencial. A maior parte dos produtos exportados é de baixo valor agregado, chegando a ser exportadas pedras em bruto, ou seja, sem nenhum tratamento (BATISTI, TATSCH, 2012).

2.2 Extração de Pedras Preciosas no Rio Grande do Sul e em Salto do Jacuí

O Estado gaúcho é considerado um dos maiores produtores de pedras preciosas do país, em especial pedras ágata e ametista, correspondendo pela quase totalidade das exportações nacionais. As principais jazidas de extração encontram-se no Médio e Alto Uruguai com a produção de ametista e no centro do Estado na região de Salto do Jacuí e Soledade com a principal produção de pedras ágata.

O setor de pedras preciosas no Rio Grande do Sul é considerado um dos cinco principais aglomerados do país e envolve desde atividades de extração, na maioria em garimpos, até a produção final dos produtos, como joias, folhados, gemas lapidadas, entre outros. O setor se destaca ao oferece importantes fontes de empregos para as regiões que se localiza (PICOLOTTO, 2013).

Significativa parcela da produção nacional é destinada para a exportação, sendo que a maioria são pedras em bruto com baixo valor agregado, apenas 5,00% a 10,00% do total produzido fica para o mercado interno. Os principais destinos da produção gaúcha são os pontos de venda nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, por apresentarem maior afluência turística e mais recentemente para os Estados do Paraná e Santa Catarina (COSTENARO, 2005).

As pedras que são exportadas são enviadas em estágio inicial de beneficiamento e recebem o processamento final nos países detentores de tecnologia adequada. Após receber o procedimento adequado, as matérias-primas podem chegar a um valor 50 vezes superior se comparadas com o valor em bruto (COSTA, 2007).

O Rio Grande do Sul apresenta um significativo número de pequenas empresas no setor e um número reduzido de empresas de médio e grande porte as quais competem entre si. Geralmente as maiores indústrias do setor atuam em todo o segmento da produção, possuem garimpos para a extração, ou possuem agentes que comprem as pedras em bruto diretamente nos garimpos, também possuem locais de beneficiamento em suas próprias empresas bem como, comprem material manufaturado ou semimanufaturado de empresas pequenas e ou de empresas informais (COSTENARO, 2005).

O município de Salto do Jacuí no Rio Grande do Sul abrange as maiores jazidas de pedras ágata do mundo, as quais estão localizadas à beira do Rio Jacuí, o município autodenomina capital mundial das pedras ágata. A extração de pedras iniciou com a chegada dos imigrantes alemães que se instalaram no município e começaram o processo de extração das pedras.

O ciclo de extração, beneficiamento e comercialização movimenta a economia da cidade. A maioria das pedras extraídas é destinada para a exportação, principalmente para países como Japão, Alemanha, Estados Unidos, França e Itália. Já as pedras que não são comercializadas para o exterior são destinadas para a confecção de objetos de adorno como cinzeiros, vasos, talheres e para a indústria de joalheria. No município instalaram-se pequenas indústrias que serram as pedras para posteriormente vender para os grandes compradores, que realizam o beneficiamento e o acabamento final do produto.

A extração ocorre em céu aberto ou através da escavação de túneis que podem chegar a 100 metros de comprimento. O principal tipo de pedra encontrado no município de Salto de Jacuí é o tipo pedra Ágata Umbu, a qual apresenta coloração cinza e que após o tingimento pelo lapidador pode revelar suas estruturas vivas e obter colorações homogêneas.

O trabalho de extração de pedras ágata nas pedreiras é realizado através de máquinas, das quais são utilizadas para a escavação. Para poder encontrar a camada produtora de pedras ágata é necessário cavar aproximadamente 20 metros de profundidade, para assim, poder atingir a zona de produção.

2.3 Regulamentação Para Legalização da Extração de Pedras Preciosas

As atividades de mineração e de garimpo são fundamentais para o desenvolvimento econômico, os minérios extraídos da natureza são utilizados como matéria-prima ou como parte do processo industrial de muitos dos produtos utilizados pelas pessoas.

Pelo que se observa na legislação, a legalização da atividade garimpeira está relacionada a uma série de outras exigências legais colocadas pelo Estado, como a de caráter laboral, em que o Ministério do Trabalho realiza a fiscalização sobre as relações de trabalho existentes no garimpo, e também as de caráter ambiental, fiscal e de autorização. Com relação à ambiental, o garimpo tem que possuir licença

ambiental para poder executar a pesquisa da lavra e essa deve ser concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral. Esse órgão também é encarregado de realizar a fiscalização e conceder a autorização do garimpo, no caso a pedreira.

No programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável no Plano Plurianual de Investimentos 2008-2011, foram levantados os principais problemas no que concerne à mineração, dentre eles pode-se destacar às altas taxas de informalidade, o que dificultaria a regularização da atividade, principalmente da pequena mineração e das cooperativas de garimpeiros, a ausência de capacitações voltadas para questões técnicas e gerenciais nos pequenos empreendimentos, o nível de investimento em pesquisa mineral, lavra e formas de agregação das matérias-primas precárias. Além desses, somam-se os conflitos entre as atividades de mineração próximas às áreas urbanas, a carência de controle dos impactos ambientais da atividade e o altíssimo número de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais da atividade (BRASIL, 2008a).

A figura do garimpeiro sempre foi associada à informalidade, em razão do contexto de marginalidade e ilegalidade que envolve essa forma de extração. Diferentemente dos chamados “mineradores” sempre relacionados a um processo formal de trabalho, com empresas legalizadas frente ao governo. Assim, enquanto historicamente a garimpagem associa-se a informalidade, em oposição a ela, a mineração sempre foi sinônima de legalidade. Neste sentido, Guanes destaca que “a garimpagem é entendida como um setor informal, autônomo e menos atrelado às leis e normas que controlam a produção mineral do Brasil” (GUANES, 2001, p. 71).

Pela sua própria natureza, a exploração dessas atividades sempre esteve relacionada com a degradação do meio ambiente. A regularização ambiental da cadeia produtiva de pedras preciosas dá credibilidade nacional e internacional aos produtores, e para a exportação do material, a origem legal das cargas deve ser comprovada através de diversos documentos desde a extração nas lavras até a chegada ao porto ou destino final.

Conforme o Art. 21, Inciso XXV da Constituição de 1988, compete a União “estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa”. No Art. 174, demonstra que pretende apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo (§ 2.º). Também se refere ao processo de organização da atividade garimpeira em cooperativas e destaca a necessidade de proteção ao meio ambiente. De acordo com o § 3.º do Art. 174 “O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros”. Com isso, as cooperativas garimpeiras ainda passaram a ter prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando (Art. 174, § 4.º). Mais recentemente, a ênfase ao cooperativismo no garimpo foi reforçada com a publicação do Estatuto do Garimpeiro (Lei Nº 11.685, de

2 de junho de 2008).

2.4 Políticas Públicas Para Extração de Pedras Preciosas

Acredita-se que seja fundamental o estudo de criação de políticas públicas direcionadas para a extração de pedras preciosas, podendo torna-se menos burocrático o processo de regulamentação da atividade, principalmente por parte dos agricultores, em específico para a comunidade quilombola.

Segundo o Relatório do Programa Raízes (2006, p. 3) sua importância se faz pela devida: “efetivação de uma política pública de valorização étnica, inovadora e pioneira na federação de estados brasileiros”.

Embora o setor seja considerado, historicamente, um grande gerador de divisas, somente nos últimos anos passou a promover, de forma sistemática e com estratégias definidas, produtos de maior valor agregado. Isso se tornou possível com a implementação do Programa Setorial Integrado de Apoio às Exportações de Gemas e Joias, que consiste em um projeto conjunto do governo brasileiro e da iniciativa privada, representados respectivamente pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX Brasil) e pelo Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos - IBGM (IBGM, 2011).

O desenvolvimento é resultado da cooperação entre governos, empresas, população, produtores, associações e instituições locais. Através dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), o Governo do Estado assumiu sua responsabilidade em construir políticas públicas de parcerias com as regiões para o desenvolvimento local.

Assim, uma das alternativas apresentadas pelo governo como forma de política pública atualmente é através da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), que apoia diretamente o fortalecimento do APL Pedras, Gemas e Joias. Os recursos para governança em parceria com a APPESOL, para Extensão Produtiva e Inovação e em parceria com a UPF, são investimentos públicos para aumentar a capacidade local de promover o seu próprio desenvolvimento.

Outro aspecto destacado refere-se à implementação de políticas públicas, tecnológicas e industriais que estimulem o crescimento e, conseqüentemente a sustentabilidade dos projetos de cooperação. Essas medidas objetivam o desenvolvimento produtivo baseado na vocação regional, esta já considerada uma vantagem competitiva (PORTER, 1998).

3 | METODOLOGIA

Nesta seção torna-se necessário apresentar os principais delineamentos metodológicos adotados na presente pesquisa, a fim de atingir o objetivo geral do estudo que consiste em compreender a relação da Comunidade Júlio Borges com o processo de extração de pedras preciosas. Para obter maior familiaridade com o tema

de estudo e para avaliar uma situação por partes desconhecida pelos autores, partiu-se de uma pesquisa exploratória. Pode-se classificar como pesquisa exploratória aquela em que se busca o aprimoramento de ideias ou a descoberta de elementos que oportunizam a observação de diversos elementos relativos ao fato estudado (GIL, 2008).

Primeiramente fez-se uma pesquisa bibliográfica a fim de identificar trabalhos já realizados sobre o tema estudado e entender como outras comunidades trabalham a extração de minerais. Esta técnica consiste em colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto de interesse (MARCONI E LAKATOS, 2003).

Após a parte inicial de estudos, fez-se a visita a Comunidade Júlio Borges no município de Salto de Jacuí/RS. As pesquisadoras ficaram dois dias junto à comunidade, neste período foi possível conhecer a localidade, conversar com os moradores, fazer dinâmicas de grupos, e compreender a realidade das pessoas que lá vivem.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas abertas com famílias que trabalham com a extração de pedras preciosas na Comunidade Júlio Borges, neste momento as famílias puderam falar livremente sobre o assunto. Por meio da entrevista o pesquisador consegue obter informações contidas na fala dos atores sociais, bem como dados objetivos e subjetivos que se queira identificar (MINAYO, 2001).

Como complementariedade do trabalho, buscou-se também juntamente com órgãos como a Emater/RS e Cooperativa de Garimpeiros do Médio Alto Uruguai Ltda – COOGAMAI informações sobre a formalização do setor, quais os principais desafios em legalizar a extração e casos de comunidades que já legalizaram.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Percepções dos Atores Envolvidos

Através de pesquisas e entrevistas realizadas com profissionais para avaliar como funciona o processo de regulamentação da extração de pedras preciosas, identificou-se muitos problemas, principalmente com as inúmeras legislações ambientais, econômicas e sociais acerca da legalidade dessa atividade.

Por meio das informações e dados coletados durante a visita técnica realizada com profissionais da área, pode-se observar que a partir da criação de cooperativas é viável a legalização da extração da pedra preciosa, visto o caso da COOGAMAI - Cooperativa de Garimpeiros do Médio Alto Uruguai Ltda, localizada no município de Ametista do Sul/RS. Conforme relatos dos cooperados e presidente, a regulamentação dessa atividade foi possível após 20 anos de luta e reivindicações junto aos órgãos responsáveis, e mesmo assim, é necessário estar sempre atualizando as documentações.

De acordo com os representantes da Coogamai (2016), para legalidade da extração da pedra, a cooperativa tem o dever de oferecer o respaldo jurídico aos associados, respondendo com responsabilidade ao diversos órgãos vinculados a atividade mineraria: DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental, referente ao estado do Rio Grande do Sul), Exército Brasileiro, Ministério do Trabalho, Ministério Público Estadual, Procuradoria Geral da República, junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e o CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) do estado do Rio Grande do Sul.

Atualmente, os garimpos ou locais de extração de pedras preciosas estão sofrendo uma série de mudanças nas suas atividades, onde diversos procedimentos e adequações estão sendo realizadas, isso vem ao encontro das exigências feitas pelos órgãos licenciadores e fiscalizadores que atuam na área.

A consolidação como polo estadual também está relacionada ao fato de mais de 70,00% das empresas estarem associadas ao Sindicato das Indústrias de Joalheria, Mineração, Lapidação, Beneficiamento e Transformação de Pedras Preciosas do Rio Grande do Sul (SINDIPEDRAS, 2014). Além do Sindipedras, existe, em Soledade/RS, a Associação dos Pequenos Pedristas de Soledade (APPE SOL), constituída por empresas beneficiadoras de ágatas que se caracterizam como empresas que prestam serviços terceirizados como serragem, tingimento e polimento para grandes empresas do setor.

Apesar de toda a riqueza mineral presente na região, a grande maioria das empresas utilizam processos de beneficiamento de gemas e materiais gemológicos tecnologicamente ultrapassados, o que compromete a produtividade e limita a competitividade. A questão ambiental é outro desafio reconhecido. A legalização das empresas associadas à APPE SOL nos órgãos ambientais competentes, para a obtenção das licenças ambientais, e a gestão dos efluentes e resíduos oriundos do beneficiamento, principalmente da ágata, são medidas destacadas para serem cumpridas. É chamada a atenção para outra demanda relevante para o setor que é o mapeamento dos garimpos de basalto e de pedras preciosas na região e a organização da atividade extrativa.

Conforme dados da Emater de Salto do Jacuí/RS (2016), o Ministério Público de Soledade firmou nas últimas semanas termos de ajustamento de conduta com 40 empresários do setor pedrista da cidade, a fim de regulamentar essas empresas à legislação ambiental, de ligá-las à estação de tratamento de efluentes e adequar às transações comerciais e a devida emissão de notas fiscais.

Um dos principais objetivos é a formalização do setor, que encontra grande resistência dos quilombolas. De acordo com profissionais da Emater (Regional de Frederico Westphalen/RS) a criação de uma cooperativa poderia auxiliar nas condições de negociações com os compradores de pedras e formalização do trabalho, porém pode ser vista com desconfiança por trabalhadores que têm uma longa história de

exploração, escolaridade baixa e que, muitas vezes, vivem em situação de miséria.

Percebe-se assim, a necessidade de regulamentação do setor para um melhor funcionamento do mesmo, contudo, conforme técnicos da Emater/RS (2016), a regulamentação da atividade de extração da pedra preciosa é muito burocrática e demorada, devido ao número excessivo de licenças, regulamentos e demais documentos acerca da liberação de funcionamento desta atividade. Por isso, grande parte das pedreiras, hoje, funcionam clandestinamente sem o cuidado e a proteção ao trabalhador que ali desempenha as suas funções.

4.2 A Extração de Pedras na Comunidade Quilombola Júlio Borges

Os primeiros moradores negros da Comunidade Júlio Borges que chegaram da Linha Fão, comunidade vizinha, tinham uma realidade na qual trocavam sua força de trabalho por alimentação e moradia. Ao chegar em Júlio Borges encontraram na extração de pedras ágata uma oportunidade de garantia de geração de renda contínua.

Um dos grandes desafios da Comunidade nos primeiros períodos era a falta de terra para poder plantar e sobreviver, assim muitos quilombolas trabalhava em sociedade tendo que dar 50,00% do arrendamento a outros. Os quilombolas que não plantavam em sociedade viviam com suas famílias em um espaço de terra muito restrito e, como o grupo familiar era constituída em torno de 5 a 6 pessoas, a reprodução destas famílias apresentava muitas dificuldades.

Devido esta situação a Comunidade reivindicou a ocupação das terras vizinhas ocupada pela Comunidade Indígena Kaingang, como uma forma de poder garantir o sustento das famílias e o desenvolvimento da Comunidade Júlio Borges.

Em virtude de algumas adversidades, este território que agora pertencia ao Estado, ficou vagos por alguns anos, o que proporcionou aos quilombolas extraírem as pedras do local. Foi através da extração das pedras que os quilombolas conseguiram trabalhar, sustentar suas famílias e adquirir os primeiros implementos agrícolas, bem como comprar pequenos espaços de terras que eram divididos com seus filhos, que futuramente constituiriam suas casas formando a atual Comunidade Júlio Borges.

A extração das pedras caracteriza-se como uma das principais atividades desenvolvidas em Júlio Borges e está intrínseca em sua história. Desenvolvido desde muitos anos, o trabalho com pedras pode ser considerada uma peculiaridade da Comunidade. É comum encontrar pedras na beira das casas, nos pátios, como está representado na Figura 1, as quais são destinadas para a comercialização ou até mesmo usadas para decoração das próprias casas.



Figura 01: Pedras ágata depositadas no quintal de uma casa para poderem ser classificadas.

Fonte: Arquivo pessoal

Em visita a Comunidade, percebeu-se a existência de duas formas distintas de extração de pedras ágatas. A primeira forma de extração é através das pedreiras que ficam localizadas no interior da Comunidade, neste caso são utilizadas máquinas retroescavadeiras que quebram os morros e as pedras se soltam, bem como extraem as pedras em superfícies mais profundas, onde estão localizadas as maiores pedras e de maior valor.

A contratação dos trabalhadores da Comunidade é realizada pelos próprios donos das pedreiras. Nesta forma de extração os trabalhadores ficam ao lado das máquinas coletando as pedras que as retroescavadeiras não conseguem pegar, estas pedras eles podem levar para suas casas para posteriormente vendê-las.

O segundo caso é caracterizado por um trabalho mais manual, no qual toda a extração é realizada por meio de uma ferramenta chamada “picão” (Figura 2), é representado por famílias que não estão vinculadas as pedreiras e realizam todo o trabalho de extração no rio situado próximo as suas casas. Por se tratar de um trabalho realizado manualmente as pedras extraídas são de superfície rasa devido à impossibilidade de atingir as superfícies mais profundas, geralmente estas pedras são menores se comparadas com as pedras retiradas com as máquinas nas pedreiras e de baixo valor comercial.



Figura 02: Picão - ferramenta utilizada para a extração das pedras

Fonte: Arquivo Pessoal

Nos relatos dos agricultores que trabalham individualmente na extração, fica clara a preocupação com a baixa comercialização de suas pedras. Após a instalação das pedreiras maiores e a utilização de retroescavadeiras a procura pelas pedras pequenas, extraídas manualmente, reduziu significativamente. A grande busca encontra-se nas pedras maiores de maior valor comercial que é possível extrair somente através da utilização de máquinas.

Devido à baixa demanda e a grande demora em surgir um comprador na localidade que se interesse pelas pedras de baixo valor comercial, os trabalhadores se submetem a vender ao primeiro comprador que ir até suas casas, de modo que acabam por comercializar por valores inferiores aos que realmente deveriam receber.

Juntamente com a extração de pedras as famílias também plantam milho, feijão, amendoim, entre outros cultivos, contudo, são culturas de subsistência, toda a renda familiar é dependente do trabalho das pedras. Frente à esta situação, a falta de compradores de pedras e o preço baixo pago pelas mesmas acabam por se tornar um problema sério que coloca em risco a sobrevivências das famílias envolvidas nesta realidade.

Em ambas as formas a ausência de equipamentos de segurança faz a extração de pedras constituírem-se em um trabalho perigoso, ao se posicionar ao lado das retroescavadeiras, os trabalhadores correm o risco de serem soterrados por deslizamentos. Vários relatos confirmam os inúmeros acidentes ocorridos na extração de pedras, e muitas vezes, a impossibilidade do produtor voltar a trabalhar após os acidentes devido às sequelas apresentadas.

O acesso aos direitos trabalhistas é outra questão que merece destaque, por se

tratar de um trabalho não regulamentado que não pode ser comprovado pelo Bloco de Produtor Rural, os quilombolas quando se acidentam no local de trabalho não conseguem auxílios como aposentadoria por invalidez e auxílio doença.

A comercialização das pedras também é afetada por não possuir a devida regulamentação. Nesta situação os quilombolas não podem emitir notas fiscais das pedras vendidas, o que ocasiona vendas por preços inferiores ao de valor de mercado para poder garantir a comercialização.

Em seu trabalho Triginelli e Cunha (2011), observaram as relações de trabalho no setor de extração de granito no município de Vila Pavão/ES e constataram a mesma realidade presente em Júlio Borges. A extração de pedras teve início quando os colonos identificaram nela uma oportunidade econômica, visto que, até então trabalhavam para os proprietários de terra e recebiam apenas uma pequena parcela da produção. Os agricultores proprietários de terra se tornaram empresários de rochas, já que as jazidas se encontram em suas propriedades, e os colonos tornam-se trabalhadores assalariados. Esta realidade é semelhante à encontrada na Comunidade Júlio Borges, onde os quilombolas viram no trabalho das pedras uma alternativa de geração de renda e começaram a trabalhar nas pedreiras.

Outro aspecto semelhante entre as duas comunidades é o conhecimento adquirido pelos trabalhadores ao longo dos anos. Na Vila Pavão/ES os trabalhadores começaram a trabalhar sem saber como era realizada a extração de granito e foi ao longo dos anos que se desenvolveram e adquiriram conhecimento. Na comunidade Júlio Borges a realidade não é diferente, os quilombolas adquiriram um “saber fazer” que proporciona um conhecimento sobre os diferentes tipos e formas de pedras existentes na região. Os trabalhadores quilombolas conseguem identificar o tipo de pedra somente ao tocá-la e pela espessura, antes mesmo de quebrá-la.

Ao longo dos anos a extração se tornou umas das principais fontes de geração de renda no município de Vila Pavão/ES, contudo, a falta de regulamentação, capacitação e formalização dos trabalhadores acabam por tornar a extração um processo muito precário e perigoso ao passo que, não tomar as medidas corretas de segurança pode trazer danos irreversíveis.

Percebe-se em ambas as comunidades o risco inerente ao processo de extração, todavia, a dependência econômica faz com que estes trabalhadores tenham que continuar neste trabalho de modo a conseguir garantir o sustento de suas famílias.

No caso de Júlio Borges, a regularização das pedreiras e a capacitação adequada são vistas como alternativas que reduziria os riscos intrínsecos à extração e ao mesmo tempo possibilitaria os acessos aos direitos trabalhistas necessários em caso de acidentes. Entretanto, a regularização caracteriza-se por um processo burocrático e demorado que despense muito empenho para conseguir adequar-se as normas exigidas pela lei.

4.2.1 Alternativas de Diversificação na Comunidade Júlio Borges

Através de visitas “*in loco*”, foi possível compreender de maneira mais clara a realidade da Comunidade Júlio Borges e pensar em ações que possam ser desenvolvidas junto a mesma a fim de ajudar em sua reprodução. Em Júlio Borges a extração de pedras faz parte do cotidiano, muito mais do que um trabalho, mas sim como uma particularidade histórica de constituição da Comunidade. A extração das pedras fez parte do passado da Comunidade, está fazendo parte do presente e a indagação que fica é: A extração de pedras estará no futuro da Comunidade Júlio Borges?

Uma alternativa que pode minimizar os riscos de comercialização e garantir os direitos dos trabalhadores das pedreiras é a regulamentação do setor. Contudo, frente aos grandes desafios e entraves presentes no processo de regulamentação da extração de pedras e, aliado ao pouco interesse dos donos das pedreiras em regularizar a situação, acredita-se que a formalidade das pedreiras da Comunidade Júlio Borges é um fato que não ocorrerá em um futuro próximo.

Ao perceber o trabalho arriscado que se constitui a extração, por presenciar vários acidentes que trouxeram danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores, e que colocam em risco à sua segurança, bem como por se caracterizar por um trabalho ilegal, a juventude de Júlio Borges sonha futuramente em se tornar independente da extração de pedras. Contudo percebe-se que num futuro próximo a extração ainda estará presente na Comunidade.

Aliado às necessidades de subsistência dos agricultores, não se pode deixar de considerar aqui os laços com os antepassados, uma vez que se trata de práticas aprendidas e rotinizadas no decurso das décadas de ocupação daquele território. Para o entendimento destas escolhas produtivas de seu desenvolvimento, considera-se que o olhar para o passado é fundamental para, compreender a sua relação com a transformação do espaço a partir da ação do homem (MARQUES, 2010).

Diante disso, as ações de extensão rural pensadas para a Comunidade tornam-se limitadas, de modo que, para conseguir desenvolver alternativas efetivas deve-se compreender a realidade dos trabalhadores quilombolas, bem como suas trajetórias de vida naquela comunidade e, principalmente, sua relação com a extração de pedras. De modo geral, pensou-se em duas alternativas que possam auxiliar os trabalhadores levando em consideração as aspirações apresentadas pelos próprios moradores da Comunidade.

A primeira refere-se à agroindustrialização, em conversa com os moradores ficou claro o desejo em construir uma agroindústria para conseguir processar e agregar valor aos seus produtos. As mulheres da Comunidade demonstraram interesse em produzir produtos coloniais como pães, bolos, bolachas como uma alternativa de geração de renda. Assim, ao trabalhar na fabricação destes produtos as mulheres desvinculam-se do trabalho com as pedras, de maneira a não depender totalmente da renda oriunda

das extrações.

Ao levar em consideração a situação atual da Comunidade estudada e sua dependência com a extração de pedras preciosas, sugere-se que sejam desenvolvidos e realizados projetos voltados para a diversificação produtiva, com isso se obtém outras alternativas de renda que possam utilizar a terra para plantações não dependendo somente da extração de pedras. Ao mesmo tempo em que poderão destinar seus produtos para a comercialização, poderão plantar mais variedades para sua subsistência. Deste modo, pensar em alternativas de diversificação produtiva que reduzam o risco da comercialização com baixo valor, fato que ocorre na Comunidade, e alternativas que minimizem os riscos à saúde, pode caracterizar escolhas que garantam a manutenção da Comunidade Júlio Borges.

Vale destacar que o estudo apresenta limitações para propor alternativas específicas de diversificação, visto não ter conhecimento detalhado sobre o clima, o relevo, solo, fatores estes essenciais ao se pensam em alternativas de diversificação produtiva.

5 | CONCLUSÃO

Através do trabalho foi possível constatar que a extração de pedras preciosas está presente na Comunidade Júlio Borges desde seus primeiros moradores, muito mais que uma atividade econômica, a extração faz parte da história das famílias quilombolas. Foi por meio da atividade extrativista que as primeiras famílias se instalaram em Júlio Borges e conseguiram constituir suas moradias.

Mesmo com os riscos existentes na extração de pedras e sem os direitos trabalhistas garantidos, devido ao fato de não ser uma atividade regularizada, não percebe-se nos próximos anos o fim da atividade extrativista na região. Os moradores, principalmente os jovens da Comunidade manifestam o desejo de futuramente não depender da extração, contudo no presente momento não vislumbram outra atividade que possa substituí-la.

A construção de uma estrutura de governança, com vista a convergir iniciativas, harmonizar e integrar conjunto de projetos executados na região, certamente contribuiria para potencializar as ações de promoção de desenvolvimento, além de dar o caráter estruturante aos projetos. Isso evitaria a pulverização de esforços e recursos. Geraria, também, além dessa busca de eficiência, as condições básicas para criação do embrião de um arranjo produtivo, que abrangesse toda região.

Ao se alternativas produtivas para Comunidade é imprescindível refletir sobre os elementos que caracterizam essas alternativas a exemplo de ações que visem à sustentabilidade cultural, social e econômica, cujas articulações entre essas ações são fundamentais para que mudanças qualitativas aconteçam e contribuam para a permanência dos moradores nas suas comunidades.

Como alternativas econômicas para a Comunidade o trabalho propôs a criação

de uma agroindústria visto que os moradores, principalmente as mulheres têm o desejo que produzir e comercializar produtos agroindustrializados. Outra alternativa proposta foi a diversificação produtiva, de modo que as famílias reduziriam a dependência com a extração de pedras e o risco de trabalho. Ressalta-se que este estudo não identificou as reais capacidades da comunidade em aderir estas alternativas, o que torna-se uma limitação.

Sugere-se para trabalhos futuros o aprofundamento da viabilidade das alternativas aqui propostas e identificação de novas alternativas que garantam o fortalecimento da identidade quilombola e a manutenção dessa Comunidade, bem como políticas públicas de auxílio neste processo.

REFERÊNCIAS

APRENDENDO A EXPORTAR. 2011. **Gemas, joias e afins**. 2011. Disponível em <<http://www.aprendendoaexportar.gov.br/gemasejoias/>> Acesso em 11/07/ 2016.

BATISTI, V. S.; TATSCH, A. L. O Arranjo Produtivo Local (APL) gaúcho de gemas e joias: estruturas produtiva e comercial, arranjos institucional e educacional e relações interorganizacionais. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 513-538, nov. 2012.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA. Acessado em julho de 2016. <http://www.coogamai.com.br/>

COSTA, M. **Beneficiamento de pedras preciosas no Vale do Taquari: Diagnóstico e modelo para análise e redução de pedras nos processos produtivos**. 2007. 130 f. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2007.

COSTENARO, A. **Indústria de pedras preciosas: um estudo dos fatores competitivos em empresas de Soledade (RS)**. 2005. 96 f. Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GUANAES, Senilde Alcântara. **Nas trilhas dos Garimpeiros de Serra: Garimpo e Turismo em áreas naturais na Chapada Diamantina-BA**. Dissertação de Mestrado Universidade Estadual de Campinas. Maio, 21.

INCRA. Disponível em: <http://incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/231-instrucao-normativa-n-49-29092008>. Acesso em 28/07/2016.

LAMACHIA, Fábio. **Pedras preciosas do Brasil**. São Paulo: Editora do Autor, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Carlos Eduardo. **De quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico etnográfico**; 2010. Disponível em: http://WWW.cedefes.org.br/index.php?p=afro_detalhe&id_afro=2224 Acesso em 11/08/2016.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Disponível em: <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/consulta_nova/resultadoConsulta.asp> Acesso em 22/07/2016.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM). **Políticas e Ações para a Cadeia Produtiva de Gemas e Joias**. Brasília: Brista, 2005.

PORTER, Michael E. **Clusters and the new economics of competition**. Harvard Business Review, v. 76, no. 6, 1998.

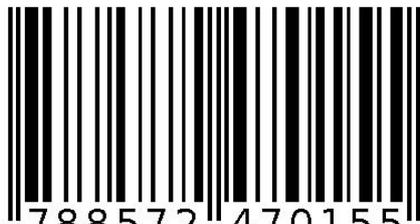
PICOLOTTO, G. **Proposta de produção mais limpa aplicada em uma empresa de beneficiamento de pedras preciosas em Soledade/RS**. 2013. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (curso de Engenharia Ambiental) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

SILVA, Vanessa Pacheco (org). **Quilombo do Morro do Boi em Balneário Camboriú/SC: relação histórica entre a comunidade e o meio ambiente**. Revista Identidade: São Leopoldo, RS, v. 15, n. 2, jul-dez-/2010.

TRECCANI, Girólomo Domênico. **Terras de quilombo: entraves do processo de titulação**. Belém: Programa Raízes, 2006.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-015-5



9 788572 470155